

Cuba

Libertade de religião ou crença

Novembro 2018

Para uso público

**CSW everyone
free to believe**



Índice

Resumo executivo	
Recomendações	
Panorama legal	
Mudanças constitucionais propostas	
O Escritório de Assuntos Religiosos	
Reconhecimento legal	
Perseguição de líderes religiosos	
Restrições de locomoção e residência	
Sanções por ‘não-cooperação’	
Ativistas independentes da sociedade civil e grupos religiosos	
Viagem de e para Cuba	
Direitos de propriedade	
Restrições à construção	
Igrejas domésticas	
Incapacidade de proteger a propriedade	
Confisco de propriedade	
Seminários	
Discriminação geral em razão da religião	
Ministério público e social	
Informantes do governo	
Distribuição de materiais religiosos	
Acesso à mídia	
Direitos religiosos de presos políticos	
Conclusão	
Apêndice	

Resumo executivo

2	No ano passado, observaram-se reiteradas violações à liberdade de religião ou crença (LdRC) em Cuba. Houve desdobramentos negativos em termos de abordagem do governo à LdRC, com uma nova proposta de Constituição que enfraquece de forma significativa as proteções à LdRC e elimina completamente o direito conexo à liberdade de consciência. Simultaneamente, grupos religiosos, em especial as maiores associações religiosas do cristianismo protestante, tornaram-se cada vez mais expansivos em clamar por respeito à LdRC, chegando ao ponto de lançar uma campanha interdenominacional sem precedentes envolvendo a proposta de Constituição. Em outubro de 2018, a Conferência de Bispos Católicos Cubanos emitiu uma manifestação pública clamando igualmente por proteções mais abrangentes à LdRC na nova Constituição.
3	
4	
5	
5	
5	
6	
7	
7	Denúncias de perseguição contra líderes religiosos aumentaram paralelamente à expansividade das igrejas. Muitas vezes, essa perseguição toma formas mais veladas, de difícil documentação, e é focada em tentar criar divisões entre e dentro de grupos religiosos. Líderes religiosos que assumiram um papel de liderança na campanha, tanto em nível local quanto nacional, relataram que a pressão sobre eles permanece intensa; ao longo do ano passado muitos optaram por fugir do país e buscar refúgio no exterior. Líderes da Igreja Católica Romana e de igrejas Protestantes, tanto integrantes quanto de fora do Conselho Cubano de Igrejas (CCI), relataram frequentes visitas e reuniões com agentes da segurança estatal e oficiais do Partido Comunista Cubano (PCC). Essas visitas e reuniões parecem ter a intenção de intimidar os líderes religiosos e torná-los cientes de que estão sob vigilância atenta.
8	
8	
8	
9	
10	
10	Líderes religiosos continuam a reclamar da autoridade concedida ao Escritório de Assuntos Religiosos (EAR) – um braço do Comitê Central do PCC – sobre todas as associações e grupos religiosos. Eles se opõem, de forma virtualmente unânime, à concessão de autoridade direta e arbitrária ao PCC sobre todas as atividades religiosas e assuntos internos. A relação entre a diretora do Escritório de Assuntos Religiosos, Caridad del Rosario Diego Bello, bem como sua deputada, Sonia García García, e a liderança das várias denominações continua a ser caracterizada pelos líderes religiosos como hostil e antagônica.
10	
10	
10	
11	
12	
12	
12	Cuba assinou tanto o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) quanto o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) ainda no ano de 2008. Passada uma década, Cuba ainda não deu nenhum passo em direção à ratificação de nenhum desses acordos. As mudanças propostas à Constituição são uma indicação clara de que o governo segue vendo organizações religiosas, e, particularmente, seus líderes, como entidades potencialmente perigosas, que devem ser controladas e contidas tanto quanto possível.
13	
13	

Com agradecimentos à Associação Nacional de Juristas Cristãos pela tradução em português.

Recomendações

Para o governo de Cuba

- Incluir cláusulas reforçadas de proteção à liberdade de religião ou crença (LdRC) e restaurar garantias à liberdade de consciência na nova Constituição, em consonância com as leis e normas internacionais sobre LdRC, incluindo o Artigo 18 da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) da ONU, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e o Pacto de São José da Costa Rica.
- Alinhar as leis e regulamentos civis, administrativos e penais, não apenas com a Constituição Cubana, mas também com as leis e normas internacionais sobre LdRC.
- Ratificar o PIDCP e o PIDESC e garantir que as autoridades locais, incluindo líderes do PCC, estejam cientes das disposições previstas no PIDCP e no PIDESC, bem como assegurar que elas sejam implementadas no âmbito local.
- Como um membro do Conselho de Direitos Humanos, manter os mais elevados padrões de promoção e proteção dos direitos humanos, inclusive aqueles relativos à liberdade religiosa.
- Convidar o Relator Especial da ONU para Liberdade de Religião ou Crença, assim como outros relatores temáticos da ONU, a visitarem Cuba com livre acesso a todas as partes do país.
- Eliminar a exigência de registro para igrejas, ou alinhar os procedimentos e exigências do registro com as boas práticas internacionais em registro não-discriminatório.
- Eliminar o Escritório de Assuntos Religiosos do Comitê Central do PCC da forma como existe atualmente, ou reformá-lo para operar de modo transparente, dentro de parâmetros legais definidos e com possibilidade de interposição de recursos.
- Permitir a igrejas, denominações religiosas e grupos denominacionais que operem de forma autônoma, sem pressão ou interferência do governo ou de oficiais do PCC.
- Garantir a liberdade de líderes religiosos de desenvolverem seu trabalho sem perseguição, ameaças ou pressão do governo dirigidas àqueles ou a suas famílias.
- Salvaguardar a liberdade de todos os Cubanos de se reunir e prestar culto de acordo com a sua religião professada ou crença.
- Parar de tornar os defensores de direitos humanos, inclusive defensores da LdRC, alvos de perseguição, ameaças e prisões.
- Garantir acesso igualitário, transparente e não-discriminatório a permissões de renovação e projetos de construção, vistos religiosos, licenças de veículos; e garantir que legados sejam tratados de forma justa, protegendo o direito dos indivíduos de deixar sua propriedade para a igreja ou denominação de sua escolha.
- Agilizar e reformar os procedimentos concernentes ao registro de igrejas, à construção e renovação de igrejas e de outras construções para uso religioso, a fim de assegurar que estes sejam aplicados de forma justa e transparente.

- Reformar procedimentos para o retorno de propriedades confiscadas, a fim de garantir que estes processos sejam conduzidos de forma justa e transparente.

- Permitir que instituições religiosas, incluindo seminários, operem independentemente e sem interferência governamental, inclusive protegendo seu direito de buscar acreditação e estabelecer relações formais com entidades congêneres e organizações de acreditação fora de Cuba.

- Garantir proteção contra a discriminação fundada na religião pessoal no local de trabalho, escola e todas as outras esferas públicas e sociais.

- Permitir que todos os grupos religiosos se engajem em ações sociais e promovam eventos públicos pacíficos livres de interferência e intimidação.

- Encerrar o uso de informantes governamentais em associações religiosas e seminários.

- Encerrar o suporte governamental de qualquer grupo religioso em detrimento de outros grupos religiosos, assegurando que todos os grupos sejam igualmente capazes de importar ou produzir materiais e literatura religiosos; e garantir acesso igualitário à mídia para todos os grupos.

- Garantir a todos os prisioneiros, sejam criminosos ou políticos, os seus direitos humanos básicos, incluindo a LdRC como definida pelas Regras Mínimas da ONU para o Tratamento dos Reclusos.

Para a União Europeia e estados-membros

- Instar Cuba a incluir cláusulas fortes para proteção dos direitos humanos, incluindo a LdRC na nova Constituição, bem como a alinhar as suas leis e regulamentos administrativos, civis e penais com a sua própria Constituição e com os padrões internacionais de liberdade de religião ou crença (LdRC).

- Instar Cuba a ratificar o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), e alinhar as suas leis e regulamentos com tais pactos.

- O Enviado Especial para a promoção da liberdade de religião ou crença fora da União Europeia deveria requerer um convite para visitar Cuba com livre acesso a todas as partes do país.

- Suscitar a liberdade religiosa em todas as oportunidades, em público e privado, em seus diálogos com Cuba, inclusive com o Escritório de Assuntos Religiosos, e encorajar Cuba a adotar as recomendações listadas acima.

- A Delegação da UE para Cuba e as embaixadas dos estados-membros deveriam manter um diálogo aberto com líderes religiosos de todas as denominações e grupos religiosos, levando em consideração as sensibilidades políticas sob as quais muitos líderes religiosos precisam trabalhar.

- Encorajar Cuba a convidar o Relator Especial da ONU para Liberdade de Religião ou Crença, assim como outros relatores temáticos da ONU, para visitar Cuba com livre acesso a todas as partes do país.
- Seguir buscando meios de contatar membros da sociedade civil independente de Cuba, oferecendo suporte quando apropriado.
- Seguir estabelecendo e mantendo contato com as famílias de prisioneiros políticos, e suscitar suas preocupações, no tocante a repetidas violações dos direitos de prisioneiros, inclusive a negação de direitos religiosos, para Cuba.

Para o governo dos Estados Unidos

- Instar Cuba a incluir cláusulas fortes para proteção dos direitos humanos, incluindo a LdRC, na nova Constituição, bem como a alinhar as suas leis e regulamentos administrativos, civis e penais com a sua própria Constituição e com os padrões internacionais de liberdade de religião ou crença (LdRC).
- Instar Cuba a ratificar o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), e alinhar as suas leis e regulamentos com tais pactos.
- O Embaixador Especial para Liberdade Religiosa Internacional deveria requerer um convite para visitar Cuba com livre acesso a todas as partes do país.
- O Departamento de Estado deveria seguir monitorando atentamente a LdRC em Cuba e considerar adicionar o país à Lista de Monitoramento Especial. O Departamento de Estado deveria assegurar que todas as denúncias relacionadas à LdRC reflitam plenamente as perspectivas das igrejas e líderes religiosos marginalizados, em vez da posição dos oficiais e escritórios do Estado.
- A Comissão de Liberdade Religiosa Internacional dos EUA (USCIRF) deveria requerer um convite para visitar Cuba com livre acesso a todas as partes do país. Deveria também continuar a monitorar atentamente a LdRC no país, bem como, pelo menos, manter Cuba como um país de Nível 2, senão considerar elevá-la ao status de Nível 1, em consonância com os desdobramentos relativos à LdRC lá ocorridos.
- Suscitar a liberdade religiosa em todas as oportunidades, em público e privado, em seus diálogos com Cuba, inclusive com o Escritório de Assuntos Religiosos, e encorajar Cuba a adotar as recomendações listadas acima.
- A Embaixada dos Estados Unidos em Cuba deveria manter um diálogo aberto com líderes religiosos de todas as denominações e grupos religiosos, levando em consideração as sensibilidades políticas sob as quais muitos líderes religiosos precisam trabalhar.
- Encorajar Cuba a convidar o Relator Especial da ONU para Liberdade de Religião ou Crença, assim como outros relatores temáticos da ONU, para visitar Cuba com livre acesso a todas as partes do país.

- Seguir buscando meios de contatar membros da sociedade civil independente de Cuba, oferecendo suporte quando apropriado.
- Seguir estabelecendo e mantendo contato com as famílias de prisioneiros políticos, e suscitar suas preocupações no tocante a repetidas violações dos direitos de prisioneiros, inclusive a negação de direitos religiosos, para Cuba.

Para a Organização das Nações Unidas

- Visto que Cuba segue desempenhando um papel no Conselho de Direitos Humanos da ONU, a ONU deve insistir que Cuba ratifique e implemente inteiramente os tratados que assinou, inclusive o PIDCP e o PIDESC.
- Instar Cuba a convidar os Relatores Especiais temáticos com mandatos relacionados à liberdade religiosa ou de crença, à defesa dos direitos humanos, à tortura, independência do Judiciário e detenção arbitrária a visitar Cuba com livre acesso a todas as partes do país.

Panorama legal

A Constituição de Cuba estabelece garantias básicas e específicas no que concerne à liberdade religiosa. Entretanto, tais liberdades são limitadas pela condição de que a preservação do socialismo e do comunismo tenham precedência sobre todos os demais direitos. O Artigo 8º da Constituição afirma que “o Estado reconhece, respeita e garante a liberdade religiosa”, e o Artigo 55 vai ainda além, asseverando que:

“O Estado, que reconhece, respeita e garante a liberdade de consciência e religião, também reconhece, respeita e garante a liberdade de todo cidadão de mudar de crença religiosa ou de não ter crença alguma, bem como de professar, dentro dos limites da lei, o culto religioso de sua preferência. A lei regula a relação do Estado com as instituições religiosas.”

Tal disposição alinha-se com os padrões internacionais de liberdade religiosa. Todavia, os direitos garantidos pelos Artigos 8 e 55 são posteriormente qualificados no Artigo 62, que prescreve que “nenhuma liberdade reconhecida pode ser exercida contra a existência e os objetivos do Estado socialista e contra a determinação da nação de construir o socialismo e o comunismo.” Isso coloca a proteção da existência e objetivos, bem assim da construção, de um estado socialista e comunista acima dos direitos humanos fundamentais, inclusive aqueles referentes à liberdade religiosa.

Uma cláusula no código penal (Capítulo 4, Artigo 206) limita ainda mais os direitos estabelecidos no Artigo 55 da Constituição. A cláusula, denominada “Abuso da Liberdade de Culto”, prevê a pena de reclusão, de três meses a um ano, de qualquer um que

[...] tendo abusado da liberdade de credo garantida a todos pela Constituição, põe crenças religiosas em conflito com os objetivos da educação, os deveres do trabalho, a defesa armada da nação, a reverência de seus símbolos ou quaisquer outras disposições contidas na Constituição [...]

A Human Rights Watch apontou que “esta cláusula, que é definida como um crime contra a ordem pública, permite ao

Estado penalizar uma ampla gama de atividades religiosas que efetivamente não põem a ordem pública em risco.”¹

No tocante à legislação internacional, Cuba não faz parte da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a qual fornece proteções sólidas à liberdade de religião e de consciência. Cuba assinou mas não ratificou o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ambos contendo disposições que protegem a liberdade religiosa.

Mudanças constitucionais propostas

Cuba está atualmente passando pelo processo de adotar uma nova Constituição.² A proposta, que foi apresentada ao público para discussão e que será votada em um referendo em fevereiro de 2019, inclui mudanças significativas na proteção à LdRC. As disposições sobre LdRC na proposta de Constituição (Artigos 15, 64 e 65) são modificadas para:

O Estado reconhece, respeita e garante a liberdade religiosa... Na República de Cuba, instituições religiosas são separadas do Estado e possuem todas as mesmos direitos e responsabilidades [...] As várias crenças e religiões gozam de igual tratamento.

A Constituição de 1992 representou uma mudança na atitude do governo em relação à LdRC e levou a significativos avanços nessa área. Isso criou espaço para que grupos religiosos operassem mais livremente do que no passado e levou a um crescimento significativo para quase todos os grupos religiosos ao longo da Ilha. Por volta dos anos 2000, no entanto, o governo pareceu mudar seu curso de ação, e violações à LdRC aumentaram constantemente entre 2005 e 2015, atingindo seu pico em 2015 e 2016 com um grande número de igrejas demolidas, mais de 1.000 igrejas declaradas ilegais e centenas de ativistas da sociedade civil, particularmente membros das Damas de Branco, impedidos coercitivamente, frequentemente de forma violenta, de participar dos cultos religiosos. Nos últimos dois anos, o governo pareceu mudar de estratégia novamente, focando menos em ataques públicos explícitos a grupos religiosos e seus prédios, e mais em pressionar e assediar líderes religiosos específicos. O governo continua a processar líderes religiosos, igrejas e fiéis através de infrações comuns aos códigos criminal e civil para mascarar repressão religiosa.

As mudanças propostas à Constituição parecem indicar que o governo não possui nenhuma intenção de fazer reformas reais para proteger a LdRC, mas sim de prosseguir tentando controlar grupos religiosos e a expressão religiosa tanto quanto possível. A remoção de referências à liberdade de consciência é particularmente notável e motivo de preocupação. Não há sinal algum de que o governo tenha qualquer intenção de eliminar o Escritório de Assuntos Religiosos, como requerido pelos grupos religiosos que aderiram à campanha para clamar por proteções constitucionais à LdRC; pelo contrário, o EAR parece estar tão forte e influente como sempre, e segue sendo responsável pela maior parte das violações à LdRC.

O Escritório de Assuntos Religiosos

Atualmente, grupos religiosos e associações estão sob a autoridade do Escritório de Assuntos Religiosos (EAR), que opera a partir do Ministério da Justiça mas é parte do Comitê Central do PCC. Isso coloca tais grupos na posição peculiar de ter de submeter todos os pedidos de autorização, desde assuntos tão triviais como fazer reparos a um prédio, até questões importantes como sediar um evento público, a uma entidade que opera fora de qualquer panorama legal definido, e que não oferece o direito a recurso de suas decisões. Como parte da campanha para proteções à LdRC na nova Constituição, líderes de igrejas Protestantes solicitaram que a seguinte cláusula seja incluída: “O governo cubano, seus órgãos e autoridades, abster-se-ão de interferir na vida interna das associações religiosas, bem como de criar organizações para controlá-las.”

O EAR, dirigido por Caridad del Rosario Diego Bello³ e sua deputada Sonia García García, mantém uma relação consistentemente antagônica com grupos religiosos. O Escritório habitualmente se recusa ou deixa de responder aos pedidos de pastores para viajar ao exterior⁴ ou fazer reformas nos prédios de suas igrejas, assim como deixa de garantir autorização para atividades eclesiais de maior escala. O Escritório premia com autorizações, inclusive ao direito de convidar visitantes exigido no visto religioso, de acordo com o nível de apoio ou cooperação da associação anfitriã com o governo.

Reconhecimento legal

Todos os grupos religiosos devem ser registrados no Ministério da Justiça para poder operar legalmente: o EAR recebe o pedido de registro e o governo então toma a decisão. Conquanto haja alguns critérios para registro, como, por exemplo, o de que a associação deve possuir mais de 30 membros, as decisões são tomadas de forma arbitrária de acordo com considerações políticas. Membresia ou associação com um grupo não-registrado é um crime, com penas que vão desde multas, até entre 1 mês e 1 ano de prisão.⁵ Embora o governo não aplique essas penalidades de modo consistente, grupos não registrados estão sempre em risco de serem visados.

A maioria dos grupos religiosos que existiam antes da Revolução de 1959 mantiveram seu registro oficial e, desse modo, possuem reconhecimento legal. Não obstante, alguns grupos, tais como as Testemunhas de Jeová e os Batistas Bereanos, tiveram seu registro arbitrariamente revogado por volta dos anos 70, e não receberam permissão de se registrar

1 Human Rights Watch (1999), *Cuba's Repressive Machinery*, Chapter III, Impediments to Human Rights in Cuban Law (inglês) www.hrw.org/legacy/reports/1999/cuba/index.htm#TopOfPageall

2 De acordo com as descobertas de um especialista jurídico cubano, esse é um desdobramento curioso, considerando que o governo ignorou em grande medida a Constituição existente, enquanto o cidadão cubano médio tem pouca familiaridade ou respeito pelo conceito de lei constitucional.

3 A Sra. Diego Bello é também uma deputada da Assembleia Nacional representando o Município de Sandino, do estado de Pinar del Rio.

4 Ironicamente, oficiais do ERA viajam para o exterior regularmente, muitas vezes apresentando a si mesmos, falsamente, como representantes da comunidade da fé em Cuba, e transmitindo a falsa mensagem de tolerância religiosa oficial na Ilha.

5 Artigo 208 do Código Penal.

novamente, tornando-se, portanto, ilegais.⁶ Outros, tais como a Associação Afro-Cubana dos Iorubás Livres, não são registrados porque desejam permanecer independentes do controle e da influência governamentais.

A maior parte dos grupos que não estavam presentes antes de 1959, mas que possuem uma presença crescente na ilha, mais notavelmente o Movimento Apostólico, tiveram seu direito ao registro negado.⁷ Enquanto todos os grupos religiosos sofrem violações à LdRC, grupos não registrados são os mais vulneráveis, e sofrem algumas das violações mais egrégias, uma vez que seu status de não-registrados significa que a sua própria existência, bem como qualquer coisa que eles tentem fazer como um grupo religioso, é ilegal.

A falta de registro tem um amplo impacto na LdRC. O pastor Batista Bereano Reverendo Daniel Josué Pérez Naranjo, estabelecido na província de Las Tunas, está esperando que sua denominação seja registrada novamente e legalizada desde que um pedido foi submetido em 1997. O seu status de não-registrados colocou a vida do pastor e de sua família, bem como as igrejas associadas com a denominação, em uma posição vulnerável. Os prédios históricos de suas igrejas estão em um estado de degradação, porque como um grupo religioso não-registrado eles não podem requerer autorizações para fazer reformas.

No ano de 2000, o Reverendo Pérez Naranjo requereu o direito de fundar novas igrejas na província, apesar da falta de resposta ao seu pedido de registro. Em uma aparente retaliação, a sua casa foi confiscada pelo Estado, e, desde então, ele tem sido forçado a pagar aluguel para o governo a fim de morar lá.⁸ O prédio está em condição deplorável e é um risco para aqueles que vivem ali, mas, apesar de promessas de oficiais do governo, nenhuma ação foi tomada para permitir ao Reverendo Pérez Naranjo a realização de reformas.

Em outro exemplo, a Velha Igreja Católica (Iglesia Vétero Católica) situada em Santa Clara, Villa Clara, está requerendo status legal desde julho de 2007. Uma década depois, o grupo religioso ainda espera por uma resposta do governo.

6 Artigo 10 da Lei de Associações proíbe expressamente o novo registro de qualquer grupo que perdeu o seu registro: “Uma vez que o registro de uma associação tenha sido cancelado, não pode ser constituído com a mesma denominação ou com os mesmos objetivos e atividades.” Isso proíbe membros de uma companhia que foi fechada ou retirada do registro de reativá-lo ou disfarçá-lo em uma outra solicitação de registro.

7 Deve ser observado que, enquanto suas tentativas de registro no passado foram rejeitadas, alguns líderes do Movimento Apostólico atualmente mantêm uma posição similar à dos Iorubás Livres, e rejeitam inteiramente o conceito de registro.

8 Em anos recentes, a CSW documentou diversos casos de confisco de propriedade e subsequente coerção dos ocupantes ao pagamento de aluguel para o governo, sob o Decreto Legislativo 322, como uma tática de visar líderes religiosos “não-cooperativos”, tanto em denominações religiosas registradas como não-registradas.

Perseguição de líderes religiosos

Líderes religiosos de todas as denominações concordam que o governo manteve sua estratégia de pressionar e intimidar líderes religiosos individuais tanto no âmbito local quanto nacional. Esse tipo de repressão é, por sua natureza, muito difícil de monitorar e denunciar. Nos últimos dois anos, a CSW observou um aumento no número de pastores, majoritariamente líderes de longa data de denominações registradas e não-registradas, buscando asilo no exterior. Com base na informação coletada de líderes religiosos de diferentes grupos, a CSW acredita que a pressão de oficiais do governo sobre líderes religiosos aumentou significativamente no último ano, e especialmente desde o lançamento da campanha constitucional.

Pastores de todo o país relataram estar recebendo visitas regulares de agentes de segurança estatais, com o único intuito de intimidá-los e torná-los cientes de que o governo mantém todas as suas atividades sob vigilância atenta. Isso também envia uma mensagem para membros e vizinhos da igreja de que pode ser perigoso se associar com o pastor. Em algumas cidades e no nível nacional, encontros com líderes de igrejas de todas as denominações foram convocados repetidamente por membros do alto nível do PCC e oficiais do governo. Novamente, o único propósito parece ser o de lembrá-los de que eles estão sendo monitorados.

Líderes de uma igreja não-registrada na Cuba central disseram à CSW que, em fevereiro de 2018, dois oficiais do Ministério da Justiça apareceram em uma reunião especial de oração pelos doentes, no que parece ser uma tentativa de intimidar os presentes no culto, aproximadamente 50 pessoas. Ao mesmo tempo, a polícia política estacionou três carros do lado de fora da propriedade, uma casa particular. A maioria dos presentes no culto eram adolescentes e crianças. Quando suas tentativas de intimidação mostraram-se infrutíferas, os oficiais do governo orquestraram rumores na comunidade depreciando aqueles que estavam na reunião de oração. Na mesma semana, agentes de segurança do Estado visitaram a propriedade, demandando documentos dos proprietários e pressionando-os a parar de sediar reuniões de oração em sua casa.

Em outro caso, um pastor de uma denominação registrada disse à CSW que ele compareceu a uma reunião obrigatória de líderes de igrejas Protestantes no EAR com a Sra. Diego Bello na metade de 2018. A Sra. Diego Bello entrou na sala gritando seu nome e perguntando onde ele estava; quando ele se identificou, ela começou a criticá-lo na tentativa de humilhá-lo na presença dos outros líderes. Outros líderes religiosos relataram experiências similares com a Sra. Diego Bello e a Sra. García García, afirmando que elas frequentemente usam linguagem depreciativa e desrespeitosa mesmo quando se dirigem a líderes religiosos idosos.

O EAR também opera a nível provincial e local. No último ano, a CSW continuou a receber denúncias de Santiago de Cuba de incidentes em que Robert Noa Frómata, o oficial do PCC no EAR a nível provincial, era o principal perpetrante. Esses incidentes incluíam, mas não se limitavam a, assédio, ameaças, acusações falsas e impedimento e proibição de cultos religiosos. Em 3 de novembro de 2017, a CSW foi informada de que o Sr. Noa Frómata fez falsas acusações contra um pastor para líderes da denominação registrada do pastor – parte de um modelo de perseguição direcionado ao pastor em questão ao longo do último ano. Líderes do Movimento Apostólico e denominações registradas compartilharam experiências semelhantes de perseguição e ameaças envolvendo o Sr. Noa Frómata.

No âmbito local, líderes religiosos, especialmente aqueles que estão envolvidos na atual campanha para incluir proteções à LdRC na nova Constituição, relataram outros tipos de perseguição. Agentes da segurança estatal ameaçaram com evicção e prisão um pastor na Cuba central no final de julho porque ele estivera distribuindo panfletos relacionados à campanha constitucional. Ele posteriormente recebeu ameaças similares do agente do Poder Popular municipal. Outro pastor, na parte oriental da ilha, o qual liderou esforços para reunir diversos grupos religiosos para apoiar a campanha, relatou que oficiais do governo fizeram ameaças referentes às carreiras futuras de seus filhos.

Policiais e Oficiais do PCC e do governo local frequentemente encorajam um ambiente de perseguição contra pastores e suas igrejas. Em um caso em Sancti Spíritus, eles permitem que festas barulhentas sejam realizadas do lado de fora da igreja e da casa pastoral e se recusam a impedir que os participantes assediem frequentantes da igreja e interrompam seus cultos. “Eles não nos deixam em paz”, relatou o pastor. Semelhantemente, em Camagüey, líderes de uma igreja não registrada relataram que a poluição sonora de seus vizinhos foi constante ao longo do último ano, e que isso faz parte de um padrão de assédio e ameaças da segurança estatal e de seus vizinhos, os quais atuam como o Comitê local para Defesa da Revolução (CDR).⁹ Além do assédio, a polícia cumpriu duas Cartas de Advertência pré-prisão contra o pastor.¹⁰

Restrições de locomoção e residência

O governo continua utilizando leis que regulam a mudança de residência para visar alguns líderes religiosos. De acordo com oficiais do Ministério da Habitação, a lei foi originalmente promulgada para proibir o movimento de cubanos de áreas rurais para as cidades, onde frequentemente há maiores oportunidades em termos de moradia e emprego. A regulamentação impede a maior parte das instituições estatais de permanentemente transferir funcionários de cidade para cidade. Sua aplicação para a sociedade civil, nesse caso grupos religiosos que possuem razões válidas para realocar pastores e padres, parece ser parte de um padrão geral de tentativas governamentais de controlar as atividades e o crescimento de grupos religiosos tanto quanto possível, bem como de visar indivíduos ou grupos específicos.

Pastores e suas famílias são às vezes impedidos de registrar seu novo local de residência se transferidos para uma igreja que perdeu seu pastor devido a óbito ou aposentadoria, por exemplo. Existem bem mais igrejas do que pastores ou padres, e a natureza de seu trabalho implica que a maioria dos pastores e de outros líderes religiosos podem ter de trabalhar em múltiplas localidades ao longo do curso de seu ministério. A impossibilidade de registro traz implicações para quase todos os aspectos da vida, incluindo o recebimento de verbas do governo, participação em eleições e requerimentos de vistos para viagem ou saída. A fim de fazer quaisquer dessas coisas, pastores que tiveram seu direito ao registro recusado precisam viajar para o local em que estão oficialmente registrados e submeter a documentação lá. Isso torna-se especialmente desafiador diante do fato de que a infraestrutura de transporte não-turística segue sendo escassa em muitas partes do país, principalmente de cidade para cidade.

A maioria das denominações continua com a prática de designar e transferir pastores para novas localidades, em alguns casos com intervalos de poucos anos, em razão das frequentes vagas oriundas de pastores idosos que se aposentam, deixam o país ou falecem. A maior parte dos grupos Protestantes também incorpora o conceito de missões em seu treinamento de novos líderes eclesiais, enviando seminaristas, por exemplo, para “plantar” novas igrejas em diferentes partes do país. Se oficiais do governo são hostis em relação a um grupo ou líder religioso específico, as leis referentes à mudança de residência podem ser utilizadas para dificultar a sua vida.

A lei também foi usada para atingir indivíduos que mudaram de local de residência sem permissão, a fim de ameaçá-los ou tentar impedi-los de se envolver em atividades religiosas. Um líder religioso afro-cubano disse a um jurista cubano:

A polícia diz que se eu não parar com a minha feitiçaria, eles me rotulariam como “perigoso” e eu seria deportado para [local redigido], já que sou ilegal em [localização redigida]. Eu não sei porque eles estão contra mim. Meu vizinho não reclamou dos tambores e ninguém perdeu nenhum animal. Eu moro em um rancho muito isolado, na casa da minha sogra, e se é legal eu não quero voltar para [local redigido].

Sanções por ‘não-cooperação’

Líderes religiosos de base em toda a ilha relatam que as autoridades locais e os funcionários do PCC continuam a abordá-los para buscar seu apoio público às iniciativas do governo e do PCC. Os líderes religiosos que se recusaram, sob o fundamento de que a igreja não deveria ser usada para propósitos políticos, viram-se alvo de campanhas de assédio. A campanha constitucional colocou muitos líderes religiosos em uma nova posição: em vez de simplesmente não apoiarem uma política governamental, os participantes da campanha estão se opondo ativamente aos elementos-chave do projeto de Constituição. Como mencionado acima, muitos desses pastores relataram assédio e ameaças contra eles e suas famílias.

Os grupos religiosos registrados devem buscar autorizações para praticamente qualquer atividade, desde fazer simples reparos ou renovações nos prédios de suas igrejas, possuir e operar um veículo, até realizar eventos públicos. Os líderes religiosos se queixam de que a autorização está sempre ligada à cooperação com funcionários do governo em outras áreas. As igrejas e os líderes religiosos vistos como não cooperativos ou resistentes à interferência governamental dizem que são punidos através da negação dessas autorizações. Não há qualquer canal oficial para recorrer da recusa de uma permissão.

Ativistas independentes da sociedade civil e grupos religiosos

Pastores de todas as denominações protestantes e padres católicos continuam a relatar grande pressão de funcionários do governo para expulsar membros de suas congregações que estão envolvidos no que é considerado atividade política. Isso inclui aqueles envolvidos em jornalismo independente e direitos humanos e ativismo democrático - todos considerados

9 CDRs atuam como um tipo de programa governamental de vigilância da vizinhança, observando e denunciando seus vizinhos. Existe pelo menos um em cada quarteirão.

10 Cartas de Advertência são usadas para justificar prisões por crimes futuros.

pelo governo como atividades contra-revolucionárias - mas também alguns artistas cujo trabalho tem sido crítico, ou tem sido interpretado como sendo crítico, do governo. Essas táticas de pressão também se estendem aos membros das famílias de ativistas políticos, de alguns artistas e presos políticos.

Pastores em todo o país confirmaram à CSW que foram ameaçados com o fechamento de suas igrejas se não cumprirem com essas exigências. Aquelas igrejas que desafiaram as ameaças do governo e autorizaram ativistas políticos ou membros de suas famílias, incluindo famílias de presos políticos e prisioneiros políticos libertados, a participar de atividades da igreja, informaram que estão sob constante e intrusiva vigilância governamental. Em alguns casos, os ativistas optaram por se retirar de suas igrejas por causa do impacto negativo que sua participação tem no grupo. Também houve relatos de pastores e padres sendo impedidos por agentes do governo de visitar ativistas para oferecer apoio espiritual. Em fevereiro de 2018, a ativista Ariana Roque Lopez, esposa do preso político Mitzael Díaz Paseiro, foi impedida de receber visitas do pastor Bárbaro Guevara enquanto estava em greve de fome.

Enquanto a CSW não recebeu nenhum relatório de igrejas católicas romanas sendo ameaçadas de fechamento por causa da presença ou participação de ativistas, como nos anos anteriores centenas de ativistas foram impedidos à força de participar da missa dominical, bem como de outros serviços religiosos semanalmente. A maioria dos afetados eram membros das Damas de Branco, que assistem à missa antes de realizar seu regular protesto silencioso em toda a ilha; mas também incluiu cada vez mais outros ativistas pró-democracia e direitos humanos, alguns dos quais estavam tentando demonstrar solidariedade para com as Damas de Branco.

O governo não apenas tenta separar membros da sociedade civil independente de grupos religiosos, mas também, por vezes, tem como alvo o direito de praticar sua religião como indivíduo. Em 22 de outubro de 2017 o governo confiscou duas Bíblias, vários crucifixos e cinco rosários durante uma incursão na casa do ativista Mitzael Díaz Paseiro. Em 4 de novembro de 2017 o Sr. Díaz Paseiro foi espancado pela polícia política, que arrancou os seus rosários do seu pescoço e disse-lhe: “Mitzael, além de ser contra-revolucionário, você também é cristão. Você deve olhar para nós, somos revolucionários e não acreditamos em seu deus. Nosso deus é Fidel Castro”.

Viagem de e para Cuba

De acordo com um jurista cubano, os funcionários da imigração utilizam um sistema de alerta que atinge os viajantes religiosos e seus bens, e informa os serviços de inteligência baseados em aeroportos de viagens de entrada e saída. O governo continuou a impedir que alguns líderes religiosos e ativistas viajassem. A tática foi aplicada arbitrariamente: alguns ativistas e líderes religiosos foram avisados com antecedência de que não podiam viajar enquanto outros, como os pastores Dayexy Avila Herrera e Cristina María Rodríguez, foram impedidos de embarcar em um voo para a Colômbia em dezembro de 2017. Um líder do Movimento Apostólico foi impedido de deixar o país para participar da Cúpula das Américas no Peru

em fevereiro de 2018. Em março e setembro, líderes do grupo religioso Free Yoruba foram impedidos de viajar para fora do país para participar de um evento acerca de liberdade de religião ou crença. Em alguns casos, os indivíduos que haviam sido impedidos de viajar foram posteriormente informados de que a restrição havia sido suspensa, mas não receberam a razão para a mudança.

Como nos anos anteriores, a ORA e as autoridades de imigração também atingiram estrangeiros. Os vistos religiosos para visitantes estrangeiros, que devem ser obtidos pela organização religiosa anfitriã, foram retidos ou negados dependendo da relação da organização anfitriã com o governo. Grupos como o Movimento Apostólico não podem solicitar um visto religioso por causa de seu status de não registrado.

Em outubro de 2018, um evangelista norte-americano teve seu visto religioso retirado pela ORA antes de uma visita planejada a Cuba. Meses antes da visita planejada, a denominação Assembleia de Deus havia convidado formalmente o pastor Dante Gebel para ir a Cuba para realizar uma campanha evangelística, e havia obtido vistos religiosos. No início de outubro, depois que as passagens haviam sido compradas e a logística de sua visita organizada, a ORA revogou os vistos para o pastor Gebel e sua equipe. Os líderes da ORA disseram à liderança da Assembleia de Deus que a razão pela qual o visto foi revogado foi porque o pastor Gebel ‘tem acesso à mídia, pode reunir multidões de pessoas e influenciar a opinião pública.’ Quando perguntados novamente, eles responderam que haviam investigado e que ‘Dante mobiliza pessoas demais’.

Em uma declaração em sua página no Facebook, o pastor Gebel disse:

É uma pena que eles não entendam que essa mobilização é apenas sobre [trazer pessoas para ter] um encontro com Cristo, e que não tem filiação política nem é necessariamente em oposição ao regime. Posso realmente ser uma ameaça para o Governo cubano? ... Ficamos com um gosto amargo na boca, vendo como o governo continua a reprimir a liberdade de culto e a liberdade de expressão.

Mesmo quando os vistos religiosos foram concedidos, os visitantes estrangeiros não ficaram isentos do assédio do governo. O funcionário da imigração Alexander Leyva Tamayo assediou e citou pelo menos dois grupos separados de visitantes estrangeiros por visitar “igrejas ilegais” - igrejas individuais que fazem parte de uma denominação reconhecida, mas que o governo se recusou a registrar. Ele também acusou falsamente um grupo de “distribuir alimentos e remédios ilegalmente”. A CSW recebeu relatórios de várias denominações no sentido de que parecia ter aumentado o controle governamental de visitas estrangeiras, tanto durante o processo de solicitação de vistos quanto durante as visitas. Alguns grupos religiosos, em sua maioria membros do CCC, relataram poucos ou nenhum problema em termos de convidar visitantes estrangeiros ou viajar para o exterior.

Direitos de propriedade

Restrições à construção

Com raras exceções, o governo continua impondo severas restrições à construção de novas igrejas, e permitiu a construção de apenas um punhado de novas igrejas em todo o país desde 1959. Isso, junto com o fato de que é tecnicamente ilegal organizar atividades religiosas em prédios não oficialmente registrados para uso religioso, significa que

muitas comunidades cristãs não têm um lugar para se reunir para cultos. Isto afeta particularmente aqueles em áreas rurais mais remotas. Diante do rápido aumento no número de cristãos praticantes nos últimos 20 anos, isso constitui uma grave violação da liberdade religiosa, na medida em que proíbe muitos cristãos de exercer livremente seu direito de se reunirem para o culto.

A maioria das igrejas que foram construídas antes da Revolução foi autorizada a continuar a funcionar como locais de atividade religiosa. Quaisquer alterações na estrutura, incluindo expansões e/ou reparos e reformas, no entanto, podem ser realizadas somente com a permissão do ORA. Líderes religiosos relataram que a autorização está sendo concedida com mais frequência, mas os reparos e reformas ainda são difíceis de realizar devido à falta de materiais de construção acessíveis. Em alguns casos, o governo se recusou a permitir que as igrejas recebessem doações na forma de materiais do exterior e, em outros casos, confiscou tais materiais na chegada. Na prática, isso significa que muitos edifícios de igrejas são pequenos demais para acomodar suas congregações ou são estruturalmente frágeis.

Igrejas domésticas

Durante a década de 1990, o espaço extremamente limitado designado para atividades religiosas, juntamente com o rápido crescimento de todas as denominações, levou ao uso generalizado de “igrejas domésticas”. O termo “igreja doméstica” é bastante amplo; embora possa se referir a estruturas que ainda são usadas primariamente como lares de famílias, mas também são usadas em determinados dias para cultos, ele também pode ser aplicado a lares que não são mais habitados e que são exclusivamente dedicados a atividades religiosas. O termo também inclui edifícios que foram construídos sem permissão específica para uso em atividades religiosas.

O tamanho das igrejas domésticas singulares varia muito. Algumas têm apenas um punhado de participantes regulares, enquanto outras têm congregações que chegam às centenas. É impossível saber com certeza o número exato de igrejas domésticas na ilha; algumas estimativas chegam a 34.000, cada uma com de 20 a 200 membros.

Poucas igrejas domésticas receberam autorização formal para realizar atividades religiosas. Como as liberdades de reunião e associação são severamente restritas, isso traz riscos óbvios. Reuniões de mais de 15 pessoas por vez são tecnicamente ilegais. Algumas igrejas têm tentado contornar isso estabelecendo várias igrejas domésticas e limitando o número máximo de participantes em cada uma delas a 14 pessoas. Outras não mantêm registros escritos de endereços ou nomes de anfitriões das igrejas, e mudam de local com frequência.

Líderes religiosos relatam o contínuo assédio do governo a líderes de igrejas domésticas e proprietários de casas onde igrejas domésticas se reúnem. Muitos relatam visitas frequentes de agentes de segurança do Estado ou de funcionários do PCC. Alguns relataram advertências dos agentes e funcionários de que a educação de seus filhos, ou seu próprio emprego, poderiam ser ameaçados se os líderes da igreja doméstica continuassem com suas atividades. Em agosto, um funcionário do governo fez várias visitas a igrejas domésticas ligadas a um pastor na região central de Cuba. Os funcionários ameaçaram os donos das casas e os pressionaram a deixar de permitir que suas casas fossem usadas para atividades religiosas. A autoridade ameaçou um proprietário, uma mulher idosa, com acusações criminais se

mais de dez pessoas se encontrassem em sua casa de uma só vez.

Nos últimos 12 meses, a CSW recebeu relatórios variados sobre a situação das igrejas domésticas. Algumas denominações relataram que conseguiram registrar algumas igrejas domésticas afiliadas como igrejas oficiais e aprovadas para uso religioso, enquanto outras tiveram seus pedidos de registro negados ou ignorados. A CSW não recebeu nenhum relatório no último ano de igrejas ameaçadas de fechamento ou demolição.

Algumas igrejas esperam há décadas por uma resposta à sua tentativa de registro. Em um exemplo, uma denominação protestante registrada em Santiago está esperando há mais de 25 anos por uma resposta ao seu pedido para legalizar um prédio da igreja. Apesar da igreja ter seguido todos os procedimentos legais corretos, o Estado ignorou os inúmeros pedidos de uma resposta definitiva.

A Diretiva 43 e a Resolução 46, ambas publicadas em abril de 2005 e que impuseram restrições complicadas e repressivas às igrejas domésticas, ainda estão em vigor. Essas leis são aplicadas arbitrariamente e podem ser usadas para atingir igrejas ou grupos religiosos específicos. A diretiva afirma que duas igrejas domésticas da mesma denominação não poderão existir a menos de 2 km uma da outra. Estipula ainda que informações detalhadas - incluindo o número de fiéis, datas e horários dos cultos, e os nomes e idades de todos os habitantes da casa em que os cultos são realizados - devem ser fornecidas às autoridades. Uma vez concedida a autorização, a legislação determina que as autoridades supervisionarão o funcionamento das reuniões. Ela prossegue explicando que, se as autoridades, no decorrer de sua observação, descobrirem que as exigências para o funcionamento de uma igreja doméstica não estão sendo atendidas, elas podem suspender as reuniões na casa por um ano ou mais. Se uma queixa for registrada contra uma igreja, ela poderá ser encerrada permanentemente e os participantes poderão ser presos.

A legislação também proíbe explicitamente os não-cubanos de participarem, o que inclui simplesmente estar presente em um culto sem primeiro buscar permissão oficial. Estrangeiros são totalmente proibidos de envolvimento com igrejas domésticas em regiões montanhosas. Qualquer violação desta cláusula resultará em multas de CUC 1.000 (aproximadamente US \$ 1.000), uma quantia enorme para os cubanos, que ganham em média menos de US \$ 20 por mês. A multa será aplicada tanto ao estrangeiro em questão quanto ao líder eclesiástico responsável, e a igreja domiciliar será fechada.

Por fim, mesmo que uma igreja doméstica receba autorização para operar, ela deve permanecer dentro dos limites impostos pelas autoridades. Quartos dentro da casa que não foram aprovados não podem ser usados pela igreja doméstica, nem os membros da igreja podem se encontrar no telhado, uma prática comum, tanto por causa do calor quanto por causa de uma falta geral de espaço. A lei concede às autoridades o direito de ditar quantas pessoas podem se reunir em qualquer igreja doméstica, o que efetivamente impede o crescimento da igreja. Se a casa está legalmente registrada para alguém que não é um membro ativo da igreja, mesmo que tenha dado sua permissão e esteja feliz pela igreja se encontrar lá, ela será fechada.

Incapacidade de proteger a propriedade

Em alguns casos o governo não tomou nenhuma medida para proteger a propriedade de associações religiosas. Esta falha indica o apoio tácito do governo a ações ilegais, antes ou depois do fato. Um exemplo particularmente notório envolve a Convenção Batista Ocidental (WBC), uma organização religiosa registrada que mantém um escritório para seu Conselho Mundial de Missões (WMC) em Havana há décadas. Na década de 1980, um grupo de pessoas “invadiu” e ocupou ilegalmente parte dessa propriedade. Apesar dos protestos da WBC, o governo nunca tomou medidas para garantir o retorno da propriedade aos seus legítimos proprietários.

A denominação ainda mantinha o controle de uma pequena porção da propriedade onde se situava o escritório do WMC. Em 6 de julho de 2017, as mesmas pessoas que haviam tomado as outras partes da propriedade romperam uma parede e tomaram o escritório da WMC. Eles tomaram posse de todos os conteúdos, incluindo computadores, discos rígidos, telefones, máquinas de fax e o cofre no qual fundos significativos em dinheiro eram mantidos. Apesar das queixas à polícia, à ORA e aos funcionários de habitação, nenhuma medida foi tomada pelo governo para remover os invasores ilegais da propriedade. Devido a isso, e por causa da falta de resposta à apreensão ilegal anterior na década de 1980, a liderança da WBC acredita que a apreensão da propriedade tem o apoio e aval do governo, que eles dizem ter ficado insatisfeito com a atividade missionária doméstica e internacional.

Confisco de propriedade

A CSW não recebeu nenhum novo relato de confisco de propriedade religiosa nos últimos 12 meses; no entanto, vários casos de confisco arbitrário permanecem sem solução. Isso inclui propriedades da igreja confiscadas pelo governo nos últimos anos, como a Primeira Igreja Batista de Yaguajay. A terra adjacente à igreja é de propriedade legal da Convenção Batista Ocidental (WBC) e foi a Escola secundária batista antes da Revolução. Foi ilegalmente confiscada pelo governo em 2012, um ato que muitos acreditaram ser punição pela recusa da Convenção em aceitar diversas exigências da ORA para reestruturar seu governo interno e expulsar vários pastores designados pela ORA. Apesar da pressão internacional, a propriedade não foi devolvida e, em 2014, novas construções do governo foram concluídas e entregues a duas empresas estatais, a Unión Eléctrica e a Seprot.

Segundo o reverendo Yuri Castellanos, que liderou a igreja em meio a essa experiência, o governo ignorou todos os direitos legais concernentes à propriedade. O Ministério da Habitação recusou-se a fornecer à igreja uma cópia da escritura que estabelece os limites da propriedade, apesar do então presidente da WBC ter apresentado pessoalmente numerosos pedidos oficiais. Sob a lei cubana, o ministério deve fornecer esses documentos aos titulares da propriedade quando solicitado. O Reverendo Castellanos continua sob constante vigilância e frequentemente recebe ameaças de funcionários do governo.

Em relação aos confiscos históricos de propriedade, alguns grupos religiosos foram encorajados a solicitar a devolução de propriedades confiscadas nos primeiros anos da

Revolução; no entanto, os envolvidos no processo disseram que numerosos obstáculos postos pelo governo tornaram isso praticamente impossível para muitos grupos. Uma denominação informou que o Ministério da Habitação não iria produzir as escrituras de seus edifícios, que são exigidas para prosseguir com o processo de reivindicação de propriedade; o Ministério alegou que as escrituras haviam sido perdidas. A Igreja Metodista de Cuba tem lutado por anos para recuperar propriedades confiscadas pelo governo, incluindo um teatro adjacente à igreja metodista em Marianao, Havana. A Igreja Metodista apresentou toda a papelada para recuperar o edifício e funcionários do governo lhes disseram verbalmente que o seu caso é válido, mas não tomaram medidas para devolver o edifício. Em vez disso, permitiram que outros grupos religiosos usassem o espaço, o que perturbou os cultos na Igreja Metodista de Marianao e permitiu que o edifício se deteriorasse de tal forma que corre o risco de desmoronar.

Seminários

Existem alguns seminários legalmente reconhecidos e credenciados, incluindo o antigo Seminário Ecumênico em Matanzas, conhecido como SET, um seminário conjunto Episcopal-Presbiteriano com laços estreitos com o CCC, e o Seminário Católico Romano San Carlos e San Ambrosio, inaugurado no final de 2010. Além desses, a maioria das denominações administra seus próprios seminários em uma zona jurídica cinzenta. Eles não têm credenciamento formal em Cuba e os diplomas obtidos por seus alunos não são reconhecidos pelo governo, mas a maioria foi autorizada a funcionar, sob algumas restrições. O Seminário Metodista estabelecido em Havana depois que os Metodistas foram expulsos do SET em 2006, após seus protestos contra a “politização excessiva” do seminário, é um exemplo.¹¹ Não é possível estudar teologia em nenhuma universidade estatal.

Alguns seminários não credenciados relatam violações contínuas da liberdade religiosa. Os seminários com o maior número de problemas relatados são filiados a denominações registradas e não ligadas ao CCC, incluindo a denominação Pinos Nuevos, as Convenções Batistas Oriental e Ocidental, e denominações não registradas, como o Movimento Apostólico. Agravando a dificuldade, um seminário baseado em Santa Clara, filiado à Convenção Batista Oriental, mas operando em uma área historicamente dominada pela Convenção Batista Ocidental (ambas denominações legalmente reconhecidas), é tratado por oficiais do governo como se fosse filiado a uma denominação não registrada. Todos esses seminários relatam ameaças regulares de despejo feitas por funcionários do Ministério da Habitação e outros inspetores do governo, frequentemente acompanhados de citações e multas pesadas. Eles também se queixam de que os agentes de segurança do estado regularmente se apresentam como estudantes na tentativa de se infiltrar nos seminários.

Discriminação geral em razão da religião

Os membros de grupos religiosos experimentam rotineiramente a discriminação em instituições educacionais e em seus locais de trabalho. Eles podem ser preteridos para

¹¹ É importante notar também que o terreno no qual o Seminário Ecumênico está localizado era propriedade legal da Igreja Metodista de Cuba antes da Revolução. Apesar disso, o governo não permitiu que a Igreja Metodista recuperasse sua propriedade ou buscasse indenização pela perda. A Igreja Metodista não só perdeu a terra em que o seminário se encontra, mas a propriedade no seminário, incluindo uma extensa biblioteca que incluía livros sobre a história dos metodistas.

promoção, excluídos de reuniões e atividades importantes, rebaixados e/ou transferidos para locais indesejáveis, porque, como pessoas religiosas, são considerados “indignos de confiança”.¹² Os níveis de discriminação variam de região para região e parecem estar ligados à atitude das autoridades locais e regionais. Empregadores e funcionários que cometerem atos de discriminação provavelmente não enfrentarão quaisquer consequências por suas ações. Um jurista cubano informou que rotular os réus como “religiosos” nos processos judiciais é uma tática usada por alguns advogados para criar preconceito contra o réu.

Indivíduos associados a grupos religiosos afro-cubanos relataram que são freqüentemente alvo de ridicularização em seu local de trabalho ou instituição educacional, com seus superiores ou instrutores publicamente rotulando-os como primitivos e ignorantes por causa de suas crenças religiosas. Alguns membros de grupos cristãos registrados e não registrados relataram tratamento similar, muitas vezes envolvendo seus filhos na escola. As crianças são particularmente vulneráveis a esse tipo de discriminação. Em alguns casos, eles são atingidos por causa de sua própria fé e, outras vezes, por causa da fé de seus pais. Os atos de discriminação podem ser graves, incluindo professores ou administradores escolares encorajando ou mesmo organizando ataques verbais e por vezes físicos a estudantes religiosos.

Em alguns casos a discriminação é orquestrada pelo governo. Um homem associado a uma igreja do Movimento Apostólico na região central de Cuba disse à CSW que havia perdido o emprego e sido despejado de sua casa, uma propriedade alugada, por causa de suas crenças religiosas. A locadora havia sido visitada pelos mesmos agentes de segurança do Estado que tinham assediado e ameaçado a vítima, e disse que ela estava com medo de perder sua propriedade se ele não fosse embora. Amigos que lhe ofereceram um lugar para ficar também relataram ter sido assediados por funcionários do governo.

Os Adventistas do Sétimo Dia e as Testemunhas de Jeová enfrentam problemas específicos, pois ambos se recusam a participar de atividades patrióticas no sábado. Alunos desses dois grupos religiosos são muitas vezes escolhidos para ridicularização e assédio por professores e outros estudantes por sua recusa em participar de atividades patrióticas compulsórias. Muitos alegadamente tiveram seu ingresso na universidade negado, e alguns que foram admitidos relataram terem sido suspensos das instituições mais adiante.

Em alguns casos a discriminação está enraizada na recusa de muitos cristãos em se unirem ao PCC. Uma norma de 1991 permitiu que os cristãos se associassem ao PCC e proibiu a discriminação em razão da religião, mas a discriminação sistemática contra os cristãos persiste. Isto se deve em parte à recusa da maioria dos cristãos em se unir ao PCC por razões de consciência, associada ao fato de que a membresia do PCC continua sendo chave para o avanço profissional e acadêmico. Também deve ser notado que algumas igrejas não

permitirão que membros do PCC se tornem membros efetivos da igreja. Cristãos que escolheram deixar o PCC relataram serem visitados em casa por funcionários do partido, que os ameaçaram com potenciais repercussões para eles e/ou para membros da família. A ameaça mais comumente relatada é que seus filhos não serão aceitos na universidade.

As restrições aos membros das agências de segurança, incluindo os militares e a polícia, parecem ter sido relaxadas em algumas partes do país. No passado, os membros das agências de segurança eram proibidos de participar de qualquer atividade religiosa e não podiam ter Bíblias em sua posse. No entanto, algumas igrejas relatam que agora têm membros da força policial em suas congregações - algo que seria inédito apenas alguns anos atrás. Enquanto os líderes religiosos também relatam que os membros aposentados das forças armadas estão se juntando às suas igrejas, aparentemente sem problemas, eles não acreditaram que o pessoal ativo teria permissão para fazê-lo. A CSW continua a receber relatos de jovens cristãos que realizam o serviço militar compulsório sendo alvo de intensa perseguição, ou sendo forçados a passar por exercícios particularmente cansativos.

Ministério público e social

Praticamente todos os grupos religiosos consideram o ministério público e social fundamental para sua identidade. O trabalho social bem-sucedido, no entanto, levou a conflitos com funcionários do governo em nível local ou regional, especialmente quando destaca o fracasso do governo em atender às necessidades básicas. A distribuição de alimentos e remédios, a assistência a viciados em drogas e lares para idosos e deficientes são alguns programas que atraíram a atenção negativa do governo. Líderes religiosos relatam que as autoridades frequentemente percebem isso como uma competição em relação aos seus próprios serviços. Isso é agravado quando, como é frequentemente o caso, as agências governamentais locais não têm os recursos necessários para fornecer os serviços, mas as igrejas o fazem. Um líder da igreja disse à CSW:

Eles estão com raiva porque nossas realizações atingiram o coração da razão de ser do Partido Comunista. Eles são incapazes de atender aos padrões estabelecidos para si mesmos, mas não querem que ninguém mais atenda a essas necessidades porque expõe seu fracasso.

Vale a pena notar que a declaração de outubro de 2018 da Conferência dos Bispos Católicos de Cuba abordou especificamente esta questão:

“Os bispos cubanos reafirmam que a liberdade de praticar a religião não é apenas a simples liberdade de ter crenças religiosas, mas a liberdade de cada pessoa de viver de acordo com os valores da fé que professa, de expressá-los publicamente, limitada pelo respeito aos outros. Em nosso caso concreto, essa liberdade implica também o reconhecimento legal da Igreja e de sua identidade e suas missões, que inclui a possibilidade de compartilhar os ensinamentos morais de acordo com o Evangelho, de ter acesso regular à mídia, a liberdade de ensinar e evangelizar, construir edifícios, adquirir e possuir a quantidade de bens necessários para nossas

12 As autoridades cubanas muitas vezes apontam para o fato de que há três líderes protestantes na Assembleia Nacional como prova de que os cristãos não enfrentam discriminação. Deve-se notar, no entanto, que os três deputados em questão, o pastor Ofelia Ortega Suárez, o pastor Raul Suarez Ramos e o reverendo Pablo Oden Marichal, são todos líderes do Conselho Cubano de Igrejas (CCC) e são eloquentes partidários das políticas governamentais. Também deve ser notado que não há clero católico ou líderes leigos, nem há membros de denominações protestantes que não façam parte do CCC na Assembleia Nacional.

atividades, bem como a liberdade de associação por motivos que não são apenas estritamente religiosos, mas também educacionais, culturais, relacionados com saúde e caridade.”¹³

Eventos públicos, especialmente aqueles que reúnem várias denominações ou grupos religiosos, continuam a ser um grande ponto crítico. Os líderes religiosos reclamam há muito tempo que os pedidos para realizar eventos públicos, por exemplo, procissões religiosas e trabalho evangelístico, são rotineiramente recusados. Houve algumas exceções recentes, a maioria das quais envolve a Igreja Católica Romana. Outros grupos e associações de igrejas relatam que o governo é tão restritivo quanto sempre foi e, em alguns casos, até mais, quando se trata de conceder autorização para eventos públicos. Em muitos casos, grupos religiosos e associações simplesmente se arriscam realizando eventos públicos sem permissão. Em alguns lugares isso tem sido tolerado até certo ponto, mas os envolvidos relatam que são monitorados de perto.

Em fevereiro de 2018, um líder de uma igreja na região central de Cuba foi ameaçado depois que ele colocou cartazes em frente à sua igreja compartilhando informações sobre um concerto cristão que ele estava organizando. O Ministério da Justiça tomou então medidas para impedir que o concerto ocorresse. Em outro caso, na mesma época, um líder de uma igreja que havia organizado um exitoso evento evangelístico interdenominacional foi forçado a fugir do país depois que funcionários de segurança do Estado ameaçaram acusá-lo de “agir contra a independência ou a integridade territorial do Estado”, um crime que prevê uma pena de 10 a 20 anos de prisão.¹⁴

Informantes do governo

O governo, através do Ministério do Interior, continua a plantar sistematicamente informantes em todas as organizações religiosas. O objetivo principal dos informantes parece ser o de informar sobre o conteúdo de sermões e outros eventos religiosos, bem como observar e relatar quem frequenta os serviços religiosos. Em alguns casos, no entanto, líderes religiosos disseram à CSW que os agentes do governo também tentam fomentar a divisão dentro do grupo religioso e prejudicar os líderes. Como resultado, muitos líderes praticam uma forma de autocensura, tendo o cuidado de não dizer nada que possa ser interpretado como anti-Castro ou contra-revolucionário em seus sermões e ensinamentos. Tem sido repetidamente mencionado que os líderes religiosos, como os únicos não-membros do PCC autorizados oficialmente a falar mais ou menos publicamente a grandes grupos de pessoas, são automaticamente vistos como um perigo potencial.

Distribuição de materiais religiosos

Líderes cristãos continuam a queixar-se da escassez de Bíblias e outras literaturas religiosas. A falta de Bíblias é mais aguda nas áreas rurais, mas também parece ser um problema significativo nas cidades. Com base nos relatórios recebidos

pela CSW, parece ser um grande problema para todas as denominações, incluindo católicos e protestantes, dentro e fora da CCC.

A escassez é resultado do aumento da demanda, associada às severas restrições governamentais à importação de Bíblias e outros materiais religiosos. Em geral, dentro das denominações protestantes, toda a literatura religiosa, incluindo Bíblias, deve ser importada para o país sob os auspícios do CCC, apesar de representar apenas uma minoria de cristãos protestantes. Os católicos também relatam dificuldades na importação de Bíblias e, em certo momento, aparentemente foram obrigados a trabalhar com o CCC para trazer Bíblias para o país. Houve algumas exceções notáveis nos últimos anos, com alguns grupos religiosos tendo recebido permissão para importar Bíblias diretamente, sem o envolvimento do CCC. Mesmo em alguns desses casos, no entanto, líderes religiosos disseram à CSW que os materiais às vezes eram retidos pelo governo ou totalmente obstruídos, apesar de os líderes terem recebido permissão para a importação.

Acesso à mídia

A menos que recebam autorização específica, empresas mistas cubanas e estrangeiras não podem vender computadores, máquinas de fax, fotocopiadoras ou outros equipamentos a qualquer igreja, exceto a preços de varejo oficiais e artificialmente altos. De acordo com um jurista cubano, alguns pequenos empresários independentes que deixaram grupos religiosos usarem uma impressora, por exemplo, foram ameaçados ou tiveram seus equipamentos confiscados. Isso estabelece um monopólio virtual do Estado na mídia impressa - as organizações de igrejas e outras organizações independentes que têm acesso a uma impressora são fortemente monitoradas.

Líderes religiosos de todas as denominações continuam expressando seu descontentamento com a contínua falta de acesso à mídia para grupos religiosos. Isso é intensificado pela percepção generalizada de que a mídia estatal dá acesso imediato a alguns grupos que apoiam o governo, como a Associação Cultural Yoruba e o CCC. Os grupos religiosos ainda não têm o direito de iniciar seus próprios programas de rádio ou televisão.

Direitos religiosos de presos políticos

Em setembro de 2009, o governo anunciou que permitiria que os serviços religiosos protestantes e católicos fossem realizados nas prisões. Os líderes religiosos receberam as notícias com cautela e parece que muitas de suas preocupações foram confirmadas. A implementação não foi uniforme em todo o país: em alguns casos, o direito de realizar serviços religiosos foi totalmente negado, enquanto em outros casos os serviços foram autorizados, apenas para serem interrompidos e cancelados durante o processo.

Os líderes protestantes têm criticado o fato de que a responsabilidade pelos serviços protestantes foi dada a um pastor do CCC, uma entidade que representa uma pequena minoria de cristãos protestantes na ilha. Nenhuma medida foi tomada para presos que pertencem a uma denominação fora do CCC, ou mesmo para aqueles que praticam uma religião diferente do Cristianismo.

É importante ressaltar que os presos políticos foram, em grande parte, impedidos de participar desses serviços. Em alguns casos, as autoridades alegaram que apenas os prisioneiros que haviam tido “bom comportamento” poderiam participar e afirmaram arbitrariamente que os

13 O texto integral da Declaração da Conferência de Bispos Católicos Cubanos sobre o processo constitucional está disponível em <https://iglesiacubana.org/cocc/pages/articles/843>

14 Artigo 91 do Código Penal.

presos políticos não se qualificaram. Em outros casos, os prisioneiros políticos foram informados de que a participação em serviços religiosos dependia do uso do uniforme da prisão - algo que muitos presos políticos se recusam a fazer por motivos de consciência. Em muitos casos, no entanto, nenhuma razão foi dada.

Os prisioneiros ainda relatam que lhes foi negado o direito a visitas pastorais e o direito de se reunir com outros prisioneiros para adoração, oração e estudo. Muitos também relatam o confisco repetido de suas Bíblias e de outras literaturas religiosas, às vezes como punição e outras vezes sem nenhum motivo aparente. Este é um problema particular para prisioneiros políticos como Eduardo Cardet, que foi impedido de receber visitas de um líder religioso e teve sua Bíblia confiscada como punição em diferentes momentos ao longo do ano.

Conclusão

O governo continua a cometer violações graves e sistemáticas da liberdade de religião ou crença regularmente. Todos os grupos religiosos são atingidos em graus variados, geralmente vinculados a níveis de perceptível falta de apoio ou cooperação com o governo. Grupos não registrados são particularmente vulneráveis. A redação do projeto de constituição apresentado indica que o governo não tem planos de melhorar a tutela da liberdade de religião ou crença, mas está procurando tornar ainda mais rigoroso o controle sobre os grupos religiosos e a expressão religiosa.

Ao mesmo tempo, os movimentos sem precedentes de um grande número de denominações protestantes para realizar uma campanha unificada em favor de mais proteções para a liberdade de religião ou crença na nova constituição dão motivo para alguma esperança. Os grupos religiosos não se uniam nessa medida desde 1959, e sua voz unida será difícil de ser ignorada pelo governo. É fundamental para o futuro da liberdade religiosa em Cuba que a comunidade internacional apoie esses esforços, tanto promovendo o respeito à liberdade de religião ou crença em todas as discussões bilaterais e multilaterais com o governo, quanto respondendo fortemente a todos os casos de violações da liberdade de crença, incluindo a marcação de líderes religiosos envolvidos na campanha.

Apêndice

Índice de siglas e traduções

CCC: Conselho Cubano de Igrejas (Consejo de Iglesias de Cuba)

PCC: Partido Comunista Cubano (Partido Comunista de Cuba)

CDR: Comitês para Defesa da Revolução (Comités para a Defesa da Revolução)

CIMPEC: Fraternidade Interdenominacional de Ministros e Pastores em Cuba (Confraternidade Interdenominacional de Ministros e Pastores em Cuba)

CUC: Pesos Cubanos Conversíveis

PIDCP: Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

ICECSR: Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Culturais e Sociais